

Os saberes sobre a cidade: tempos de crise?

Christian Topalov

Tradução de Maria Cristina da Silva Leme
Revisão de Jorge Oseki

O título desta comunicação utiliza o termo "crise". Foi uma sugestão dos organizadores deste congresso, mas foi também uma comodidade que voluntariamente adotei para fazer crer que iria falar de um assunto importante.

É preciso, entretanto, admitir uma evidência sempre renovada e sempre esquecida. Cada época tem, de tempos em tempos, necessidades de se pensar, ou pelo menos aqueles que por profissão produzem idéias têm necessidade de pensar sua época, como radicalmente nova. Estamos sempre face ao "sem precedente". De forma cada vez mais permanente, vivemos "uma virada". Metáfora perigosa, porque a geometria sugere que a longo prazo ou se faz ziguezagues ou se acaba por girar em círculos.

Uma das formas desta representação do presente como nunca visto se exprime através do vocabulário da "crise": uma ordem de coisas que conhecemos ou cremos conhecer e, portanto, uma ordem de palavras se desfazem, sem que os traços da ordem que lhes seguem sejam ainda legíveis. Há, então, urgência de pensar o novo e escutar aqueles que são pagos para isso. Aparecem duas demandas insistentes dos produtores de representações eruditas, ligadas, por um lado, à posição que ocupam face ao restante da sociedade e, por outro, às rivalidades intelectuais, aos processos de formação e contestação de legitimidades no interior do campo social que constituem.

A noção de "crise urbana" me parece ser uma ilustração gritante deste fenômeno. Hoje se há uma crise urbana é porque existe uma crise econômica há dez ou quinze anos atrás, porque havia uma "crise de crescimento". A Grande Depressão dos anos 1880 fez nascer uma ciência da "degeneração urbana" na Inglaterra e os "roaring twenties" produziram um estudo crítico da aberração

Sendo, talvez, um pouco enfático, diria que tudo se passa como se um longo período histórico estivesse em vias de terminar. A ofensiva prática e intelectual das forças que denominamos de "mercado", conseguiu, de fato, destruir, tijolo por tijolo, uma casa que compreendia muitas moradias. Entre seus construtores e habitantes existem aqueles que, a partir das últimas décadas do século XIX, têm por ofício decifrar a ordem escondida sob a desordem urbana e demandar uma intervenção consciente da sociedade sobre o curso "natural" das coisas.

Deste ponto de vista, toda uma série de correntes intelectuais que se colocavam antes como adversárias irredutíveis se encontram simultaneamente desmobilizadas. Sua má sorte comungue que estes irmãos inimigos pertenciam à mesma família.

É o que gostaria de mostrar agora: inicialmente, enfatizar a relação estreita entre a ciência urbana e o projeto de uma ordem espacial; em seguida, desenvolver duas grandes dimensões desta última, como ordem produtiva e como ordem política; enfim, invocar algumas das estratégias sociais e intelectuais que estavam à nossa disposição, para realizar o projeto fundador de nossas ciências. A questão será então saber o que nos resta hoje.

1. Ciência urbana e ordem espacial

Há algum tempo já a cidade se tornou objeto da ciência. Deixamos de lado o longo período, após a segunda metade do século XVIII, quando se constituíram saberes parciais sobre as sociedades urbanas com a estatística sanitária, a epidemiologia, a criminologia ambiental, a observação sistemática dos cortiços e de seus habitantes. Tomemos apenas, como ponto de partida, a emergência de saberes sobre a cidade como objeto global, como organismo, ou ainda, para utilizar um vocabulário um pouco anacrônico, como sistema. Entre os precursores, Cerdà, cuja *Teoria geral da urbanização* foi publicada em 1867. Mas o momento decisivo é posterior: são os anos 1900-1910 quando aparecem simultaneamente na Grã-Bretanha o "city survey" e o "town planning", na França, a "ciência das cidades" e o "urbanismo", nos Estados Unidos, o "city planning", que precede em mais de uma década a "human ecology".

O que marca desde a origem estas disciplinas é a procura de uma ordem escondida sob a desordem aparente, ao mesmo tempo que a definição de meios para remediar esta desordem. Escutemos os autores do *Regional Plan of New York*, primeiro esforço de estudo sistêmico de uma grande metrópole, lançado em 1921 com o apoio da Russel Sage Foundation. Vejamos o texto do inglês Thomas Adams, um dos fundadores do movimento *Garden City* e que dirigiu o projeto:

(...) Para o observador superficial, a destinação do solo a seus diferentes usos parece ter sido feita pelo Chapeleiro Maluco do chá de Alice. Alguns, entre os mais pobres, vivem em cortiços, em terrenos bem localizados e de grande valor (...). A dois passos da Bolsa de Valores, o ar está impregnado pelo aroma das torrefações de café, a cem metros de Times Square há o mau cheiro dos matadouros. Tal situação é um ultraje à ordem. Tudo parece estar no lugar errado. Temos vontade de arrumar esta colcha de retalhos e de colocar as coisas em seus devidos lugares.²

Duas observações sobre este pequeno texto do qual podemos encontrar dezenas de exemplos semelhantes em diversos lugares e em diferentes momentos.

Em primeiro lugar, a ciência das cidades nasce de uma irritação que dá lugar ao enunciado do fundador de uma "questão urbana": qual quer que seja a forma como é caracterizado o mal de que a ciência deverá se ocupar, tratar-se-á sempre de recolocar as coisas em seus lugares. Em outras palavras, trata-se de instaurar uma ordem espacial nova, meio e resultado de uma nova ordem social.

Em segundo lugar, os termos pelos quais a realidade é analisada ou simplesmente descrita designam implicitamente (como se em negativo) um molde desta ordem a ser gestada. A desordem é a imagem invertida de uma ordem escondida, ainda potencial, e que a ciência urbana e uma política experimental devem tornar real.

Patrick Geddes, biólogo autodidata, autor de *Cities in evolution*, um dos principais inspiradores de Lewis Mumford, exprime isto muito bem em uma palestra à Sociological Society de Londres, em 1905: "(...) até para reconhecer o que é anormal, é mais ainda para remediá-lo, nós devemos conhecer alguma coisa do curso normal da evolução".³

Com outro vocabulário e quase três quartos de século mais tarde, pode-se ler em Manuel Castells, grande revolucionário na época: "O trabalho teórico realizado (...) permite uma

* Conferência apresentada no IV Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, 28 de maio de 1991.

reformulação das questões formuladas em uma perspectiva que ajudaria a criar as condições de seu tratamento científico e de sua superação social, através de uma prática política justa".⁴

Estes dois textos me parecem se apoiar em uma base epistemológica comum: uma apresentação do progresso e do método prático que conduz e define as categorias fundamentais da análise científica. É toda a diferença e toda a semelhança entre a ciência progressista moderna e a utopia. Os cientistas, ao contrário dos utopistas, sabem que o social nasce do social e que a ação deve obedecer às leis da realidade se pretendem permitir que ela seja modificada. Mas, como os utopistas, os cientistas forjam categorias de descrição e de análise que permitem representar a realidade atual em sua relação necessária com aquilo que se quer que ela se torne. Em outras palavras, os modelos de inteligibilidade são estreitamente relacionados com um modelo de sociedade.

Creio que se pode mostrar, no detalhe, que este elo íntimo entre o momento cognitivo e o momento prático é constitutivo de nossas disciplinas. Ele permite dar conta historicamente do caráter variável de suas fronteiras, segundo épocas e países, de seus paradigmas, assim como de seus instrumentais, desde técnicas de pesquisa de campo até categorias estatísticas.

Se esta proposição tem sentido, então se desfaça a oposição entre ciência e ideologia, entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, entre epistemologia e história das disciplinas. Ou ainda, estas dicotomias que são reais, dado que são formuladas por atores, podem elas mesmas se tornarem objetos de uma história social.

Eu me referi a um modelo de sociedade, e até mesmo a uma utopia fundadora, que estaria na própria base das categorias da prática científica. Este vocabulário pode causar confusão. De fato, o modelo em questão não cai do céu, não é arbitrário e não depende de uma pura história das idéias. Ele depende da história social da produção, das representações científicas e, em particular, da história do próprio mundo da ciência em si e de suas relações com a sociedade. É com esta hipótese que retomo a "ciência da cidade" e que gostaria de interrogar ao mesmo tempo nossas origens e a fonte de todas as nossas alegrias e de todos os nossos problemas.

A ciência urbana, ao se constituir no início do século, está desde logo ligada a uma prática, o planejamento urbano. Ela lhe fornece sua legitimidade, seus conceitos, sua metodologia e seus especialistas. Graças a esta nova disciplina que estão em vias de inventar, os pais-fundadores se emancipam de suas profissões de origem, em que tinham, em geral, um estatuto subordinado: médicos que se tornaram inspetores sanitários, engenheiros empregados pelas municipalidades, arquitetos formados na prática ou arquitetos desprovidos de relações pessoais que assegurassem uma clientela, assistentes sociais. Mas ao mesmo tempo, eles conservam suas ligações originais com o meio mais amplo onde se formaram e do qual fazem parte, aquele dos reformadores sociais. De fato, não é suficiente reivindicar uma legitimidade científica, é preciso também alcançar uma legitimidade social que lhes será concedida pelos grupos dominantes que estão procurando definir as formas de uma nova ordem social mais produtiva e menos conflituosa. Não esqueçamos que o título original do livro de Howard, *Garden cities of tomorrow*, reeditado em 1902, era, em 1898, *Tomorrow. A peaceful path to real reform*. (Amanhã. Um caminho pacífico para uma verdadeira reforma social).

As relações entre os novos especialistas e o meio reformador não são desituidas de tensões. Os candidatos à profissionalização desejam se libertar da tutela estreita em que eram mantidos até aquele momento por seus "patrões", a burguesia esclarecida. Eles inventam uma profissão que consiste em fazer nascer um objeto da ciência e da prática, a cidade como totalidade, e em aplicar neste objeto os meios racionais de análise e de intervenção. Mesmo que a maior parte deles seja prudente na delimitação de suas estratégias cognitivas, em função dos limites fixados pelas demandas de sua base social, eles são inevitavelmente conduzidos a entrar em conflito com certos interesses em jogo, inclusive os econômicos - por exemplo, uma parte dos proprietários imobiliários rentistas ou as companhias de serviços urbanos.

Em muitos países, esta estratégia de "autonomização" é conduzida em um contexto de ampliação das competências das administrações locais e centrais em matéria de ordenação urbana. De forma natural, e geralmente sem dogmas *a priori* sobre o papel do Estado, uma boa parte dos homens da ciência urbana tornam-se administradores ou *experts*

a serviço dos aparelhos governamentais. Este movimento tem momentos de aceleração espetacular no decorrer da primeira guerra mundial, na depressão dos anos 30, após a segunda guerra e no período de reconstrução que se segue.

O paradigma desta nova ciência urbana se apoia nas seguintes proposições:

1. A cidade pode se tornar num fator de progresso. Para o discurso dominante do último quarto do século XIX, ela se cons tituiu em um mal em si. Precisamente por acreditar que se dispõe então dos meios científicos e técnicos para controlar a urbanização, esta mudança de perspectiva se torna possível. O desenvolvimento urbano é analisado como evolução de uma série de funções. Cada uma delas responde a uma necessidade do indivíduo ou da coletividade, seja esta necessidade percebida ou não pelas populações (como as de habitações salubres) ou pelas administrações municipais (como as de sistemas racionais de transportes). Enquanto objeto de ciência, as funções urbanas são objetivas e podem ser traduzidas por normas (*standards*).

2. A cidade é um organismo, ou um sistema, onde o bom funcionamento dos elementos, depende do bom funcionamento do conjunto e vice-versa. A ciência das cidades tem por objeto este sistema, o estudo de suas leis, o exame de suas patologias e a definição de como remediá-las, a planificação sendo o primeiro dos remédios.

3. A ciência das cidades apoia-se sobre um método experimental concebido sobre o modelo da medicina: ela é arte ao mesmo tempo que ciência. Se os princípios racionais da organização urbana são universais, sua concretização é sempre singular. A ciência repousa sobre a pesquisa, ela é um diagnóstico e um prognóstico. Ela formula suas prescrições de forma que as leis de desenvolvimento do organismo urbano possam ocorrer sem entrave. Ela determina com precisão as fontes da desordem: os interesses econômicos imediatos, a burocracia, a submissão dos políticos a seu eleitorado, os modos de vida inadequados das populações. Tantos os alvos para a ação reformadora quantos serão as disciplinas-irmãs da ciência urbana: planificação econômica, ciência municipal e ciência política, sociologia e eugenia.

A ciência regional, que nasce algumas décadas mais tarde, apoia-se nos mesmos fundamentos. Mudar a escala da análise é mudar a escala de um projeto racionalizador inalterado. Traçar as fronteiras das regiões, hierarquizar as cidades em redes, desenhar as estruturas urbanas, é tanto descrever uma realidade como fixar uma norma. É enunciar no que consiste uma "boa" região, um desenvolvimento equilibrado e denunciar as organizações administrativas ultrapassadas, os comportamentos econômicos retrógrados ou inadaptados.

Estas formulações podem parecer um pouco obsoletas. Seu conteúdo paradigmático ainda é atual na medida em que ele ressurge durante quase um século nos vocabulários científicos e doutrinários os mais diversos.

Em todos os casos tratava-se de instaurar uma ordem espacial, que deveria desdobrar-se em uma nova ordem produtiva (garantia do progresso social) e uma nova ordem política (garantia do progresso democrático). É o que desenvolve na segunda parte.

2. Ordem espacial, ordem produtiva, ordem política

Por falta de tempo, enfatizarei apenas um aspecto da relação entre racionalização urbana e racionalização industrial.

No início do século, os reformadores sociais são confrontados, nas metrópoles dos países industrializados, com uma realidade urbana que evoca por diversos traços aquela de países periféricos hoje. As grandes cidades que os obcecavam ficaram à margem da primeira revolução industrial - a da indústria têxtil, da metalurgia pesada, da siderurgia. Seu tecido econômico, à parte os negócios, as finanças e o grande comércio de consumo de luxo emergente, é formado por uma infinidade de pequenas empresas. A maior parte delas está solidamente integrada a uma divisão de trabalho dominada pela lógica capitalista, porém a forma produtiva que lhe é pressuposta está ausente. Por múltiplas razões, ligadas principalmente às capacidades de resistência ao assalariamento que a grande cidade propicia à população trabalhadora, a fábrica não existe na grande cidade, ou pelo menos é bastante marginal.

Ora, quando nasce a ciência urbana, a fábrica é cada vez mais genericamente pensada como o lugar típico e a forma necessária de

uma ordem produtiva moderna. Esta crença pode ser vista então como um critério fundamental de diferenciação entre progressistas e conservadores. Se os segundos consideram a grande indústria como uma aberração incômoda à qual é possível e necessário pôr um termo, os primeiros vêem nela o futuro da humanidade. Deste ponto de vista, o patronato paternalista das indústrias rurais e as corporações de ofícios das grandes cidades estão do mesmo lado e se opõem tanto às antecipações proféticas de Marx, quanto aos padrões esclarecidos das novas indústrias e seus engenheiros, notadamente um certo Taylor. Quanto aos operários das metrópoles, eles fogem das fábricas para as oficinas e, quando podem, deixam de ser assalariados para trabalhar por conta própria.

Neste conflito, a ciência urbana nascente torna-se claramente partido. Só o desenvolvimento do sistema fabril permitirá realizar dois de seus principais objetivos: por um lado, desorganizar as grandes cidades e descentralizar as indústrias para as periferias ou cidades satélites; por outro lado, separar de forma precisa no espaço zonas de trabalho e zonas de residência. Para por fim à desordem urbana - da qual os bairros populares onde se misturam cortiços e oficinas são o símbolo - a esperança está no desenvolvimento planejado da expansão urbana.

A partir da primeira guerra mundial, a metáfora da cidade-fábrica se superpõe à metáfora do organismo urbano. Sob este ponto de vista, os arquitetos do movimento moderno são pioneiros, em particular Toni Garnier em 1907 com seu projeto para a "cidade industrial", seguido por Le Corbusier que introduzirá a noção de "máquina de habitar" em 1926. Este vocabulário difunde-se rapidamente no interior da ciência urbana. Assim, o urbanista francês Jaussely define em 1922 a "organização econômica das cidades como uma espécie de 'taylorização' em grande escala de uma enorme oficina".⁵ Alguns anos mais tarde, o Regional Plan da Russel Sage Foundation afirma que "o território de Nova York e seus arredores pode ser comparado ao piso de uma fábrica. O planejamento regional indica o melhor uso deste piso - a adequação das áreas aos usos".⁶

Esta visão, que se antecipa amplamente ao desenvolvimento da indústria, inspirará por muito tempo as ciências urbanas e regionais. Com poucas modificações, ela sobreviverá à substituição da ideologia industrial pela ideologia da sociedade pós-industrial.

De todo modo, a ordem urbana que a nascente ciência da cidade procura não é somente uma ordem produtiva, mas antes, provavelmente, uma ordem política.

Já há algum tempo, a cidade era sinônimo de civilização. Ela era o lugar da "urbanidade", qualidade particular das classes dominantes desde que elas tinham deixado de residir nas suas terras. Mas é somente a partir do início do século XIX, logo depois que os "antiquários" inventaram a tradição "clássica", que a cidade (isto é Atenas e Roma) torna-se também o lugar de nascimento do cidadão (*citoyen, citizen*). A partir do fim do "bom selvagem" do Iluminismo, os mitos fundadores da cidadania passam a ser urbanos.

Do historiador francês da "cidade antiga", Fustel de Coulange nos anos 1860, à Max Weber nos anos 1910, se desenvolve uma representação da cidade como berço da democracia. É claro que este discurso dá lugar a numerosas produções científicas principalmente da parte de juristas ou de historiadores que estudam as origens do direito burguês (vocabulário que é também o de Marx) e a revolução das comunas da Idade Média na Europa.

Esta nova mitologia científica das origens não pode ser separada do discurso sobre a degenerescência urbana que lhe é contemporânea. A cidade, que deu origem ao indivíduo e às instituições políticas modernas, torna-se também o lugar emblemático da dissolução do elo social. Para as sociologias nascentes, esta questão é obsessiva. Tonnies vê a "sociedade" substituir a "comunidade", Durkheim analisa a anomia, Tarde e Pareto falam da era das "massas", Park, um pouco mais tarde, estudará a "desorganização social". Os antigos modelos da ordem política são condenados, e se quer fazer crer que é pela urbanização. Nem a integração estreita entre os indivíduos nas comunidades de vilarejos sustamente "tradicionais", nem a deferência do povo às "autoridades sociais naturais", lembradas com saudade por Le Play, parecem viáveis na grande cidade.

Estas representações são a elaboração científica de um pânico social amplamente difundido entre a burguesia da época. Mas, sob outro ponto de vista, o discurso científico abre novos caminhos. Recriar o elo social sobre novas bases: eis aí o programa dos fundadores das ciências sociais e também dos especialistas nas novas ciências da cidade.

Uma circunstância tornará a tarefa urgente. Com a extensão do direito de voto na maior parte das nações industrializadas, as "massas" passam a irromper nas instituições políticas, principalmente a nível municipal. Como transformar os "bárbaros" que vagavam às portas da cidade em cidadãos conscientes de seus direitos e de seus deveres? Não existe geração espontânea do cidadão. É Jacob Riis, um jornalista que nos anos 1890 construiu sua carreira denunciando os cortiços nova-iorquinos, que afirma: "não se pode deixar as pessoas viverem como porcos e esperar que eles se tornem bons cidadãos".⁷

Os reformadores sociais se mobilizam e os partidos socialistas trabalham incessantemente na "educação do proletariado". Fabricar cidadãos, moldá-los a partir de uma matéria-prima difícil, torna-se para todos um imperativo de ordem prática. Hoje, o eufemismo utilizado para designar o mesmo trabalho histórico junto à população é "aprendizado de democracia".

Ora, neste mesmo momento, no decorrer dos anos 1900-1910, se produz um fenômeno surpreendente. Para uma parte dos assistentes sociais, para os urbanistas e logo em seguida para os sociólogos, a visão do bairro popular muda de sinal. Percebe-se que estes lugares não são mais os "abismos" como Jack London, jornalista e revolucionário, ainda os via em Londres em 1903:⁸ eles são organizados por sociabilidades e por instituições, algumas das quais são a promessa de uma pacificação social. Ao final dos anos 1880, Charles Booth já havia descoberto que a maioria dos *pubs* do East End não eram necessariamente locais de perdição destinados ao alcoolismo e ao fechamento pela polícia, mas locais de reunião, respeitáveis "clubes de trabalhadores".⁹ A noção de *neighborhood work* torna-se, nos anos 1910, um lugar comum dos *social workers* norte-americanos. Todos estes elementos positivos da vida social popular poderiam se desenvolver sem entrave caso fossem organizados como convém em um ambiente reformado.

As mudanças de vocabulário testemunham esta evolução. Aos cortiços e habitações insalubres se opõem as cidades-novas, aos *slums* os novos *neighborhoods* ou *communities*. O bairro popular, por muito tempo olhado como o lugar de todos os males sociais e de todos os perigos, passa então a ser considerado como o instrumento de uma possível regeneração.

Percebe-se que justamente o espaço primeiro da democracia representativa é uma circunscção territorial, um bairro. Ali votam os eleitores e os partidos constroem suas bases, é lá que podem ser educados e organizados os cidadãos. Os regimes democráticos não podem prescindir de disciplinas silenciosas e do constrangimento aberto. Mas sua especificidade é se apoiar também ou em primeiro lugar sobre formas sociais auto-reguladas: a comunidade local reformada pode bem ser uma delas.

Desde sua origem, a ciência urbana está assim em busca deste objetivo de "reconstrução social" em conjunturas e sob formas extremamente diversas.

Entre elas o "urbanismo planejador" quer se trate do urbanismo do *Garden City Movement* ou do urbanismo da carta de Atenas. Para os planejadores de todas as correntes, a cidade-nova ou a grande operação planejada na periferia urbana prometem mais que uma racionalização do espaço: elas devem recriar as condições de restauração de uma "comunidade" perdida sobre novas bases. Modificando radicalmente o conjunto das atividades cotidianas, elas permitirão reorganizar não somente os hábitos individuais, mas também a vida coletiva das classes populares. Como dizia Henry Sellier, prefeito socialista e promotor dos subúrbios-jardim na região parisiense nos anos 1920, trata-se de "ordenar a vida social".¹⁰ Como o dirá um pouco mais tarde Arthur C. Comey, *city planner* do New Deal, trata-se de "organizar a comunidade".

Esta última expressão não é exclusividade dos urbanistas tecnocratas. Organizar a comunidade "pela base" é, desde a origem, o objetivo de uma outra corrente das ciências da cidade, às vezes aliada, às vezes oposta à precedente, mas necessariamente em diálogo com ela. A "reconstrução do bairro" é um tema central para os trabalhadores sociais após os *settlement houses* britânicos e norte-americanos do início do século. A mesma preocupação está na base dos estudos de comunidade realizados em Chicago ao longo e após os anos 1920 e 1930. Um dos capítulos de *The city*, o livro-programa publicado em 1925, assinado por Burgess, tem por título "*Can neighborhood work have a scientific basis?*"

Estes fundadores têm a certeza que a anomia urbana pode dar lugar a um elo renovado, a ser reconstruído partindo de sociabilidades populares. Estas devem ser, por um lado,

respeitadas e protegidas, desenvolvidas e reformadas com a ajuda daqueles que suberam estudá-las. Este objetivo está no fundamento das principais correntes da pesquisa urbana, ontem e hoje, da *city survey* à antropologia urbana, passando pela sociologia da cultura urbana e a dos "movimentos sociais urbanos". A reabilitação do povo, empreendida muitas vezes em oposição aos projetos dos tecnocratas, desemboca freqüentemente na abertura de negociações com estes. É talvez o indicio de que o discurso se dirigia a eles, desde o início.

Não se trata de amalgamar práticas científicas e políticas tão diferentes. Pretendo sublinhar que, como princípio de numerosos saberes sobre a cidade, encontra-se um mesmo projeto prático: realizar, graças a uma comunidade local reconstruída, a integração social das populações em uma ordem democrática. Isto pode ser considerado como uma situação a ser aperfeiçoada ou como um objeto que implica que em mudanças políticas fundamentais. O método para reconstituir a comunidade perdida pode partir de cima ou da base, do projeto urbanístico ou da organização popular. Evidentemente, existem aí muitas nuances. Poderíamos talvez observar um movimento pendular entre estes dois pólos, ritmado pelas possibilidades de acesso ao Estado oferecidas ou recusadas aos especialistas segundo as conjunturas políticas, as disciplinas e as novas gerações que entram no mercado de trabalho.

Em todos esses casos, espera-se de uma mudança urbana e da ciência que a orienta um progresso de ordem política. Este progresso implica na mobilização consciente de atores sociais: o simples jogo de mercado é julgado incapaz de produzi-lo. Se fosse de outra forma, o objeto da ciência urbana desapareceria.

3. Pretensões, decepções e estratégias dos produtores de saberes

Na última parte desta exposição gostaria de falar algumas palavras sobre as pretensões dos produtores de saberes sobre a cidade e o território, as estratégias de legitimação que estão a sua disposição e de suas decepções atuais.

A ciência urbana, como outras ciências sociais, tem permanentemente duas faces. De um lado, ela reivindica enunciar os saberes produzidos por procedimentos de objetivação do método científico, distintos dos saberes com finalidade prática. Quanto mais as disci-

plinas são institucionalizadas, principalmente na Universidade, mais precisamente se afirma a legitimidade e a especificidade da "ciência pura". Em certos países, principalmente na França e na Inglaterra, os especialistas têm, de fato, segundo a expressão de Pierre Bourdieu, "interesse no desinteresse".

Mas, por outro lado, seu estatuto social e os recursos a sua disposição dependem também do reconhecimento que a sociedade confere à sua produção. De que atores e de que instituições podem eles, podemos nós, esperar este reconhecimento? As respostas a esta questão variam segundo o curso da história e segundo o país, mas elas têm em todos os casos um impacto decisivo sobre os papéis sociais acessíveis aos intelectuais e, portanto, sobre o próprio desenvolvimento científico. É talvez em conjunturas onde este reconhecimento social tornou-se problemático que aparece uma "crise de projetos", acompanhada de uma "crise de saberes".

As estratégias disponíveis se exprimem em um número limitado de figuras históricas, que representam formas de legitimação acessíveis a uns e inacessíveis a outros segundo o país e a conjuntura. Deixarei de lado o erudito e o intelectual para me deter mais no *expert*, no administrador e no pesquisador de campo.¹¹

O *expert* é um profissional cuja legitimidade se apoia em um "saber fazer" e em uma capacidade em resolver problemas. Diferentemente do cientista puro, ele não pretende formular por si mesmo as questões, mas reivindica ser consultado e, sempre que possível, aceite. Mas, para que as questões às quais ele é capaz de dar resposta sejam colocadas, é necessário que previamente elas sejam reconhecidas como questões pertinentes por aqueles que decidem. Os campos de consultoria se constituem, portanto, graças à definição de "problemas" novos, em uma interação entre os inventores de uma profissão e uma demanda, ou melhor, um mercado. Não existe possibilidade de construção de um vocabulário comum sem uma aliança social.

Assim nasce o urbanismo moderno, no encontro entre candidatos à profissionalização, filantropos, industriais progressistas ou municipalidades reformistas. Assim nasce a ciência e o planejamento regional, graças ao desenvolvimento de burocracias econômicas, dos governos centrais ou regionais, das fundações privadas ou dos organismos internacionais. Assim nasce o planejamento estratégico,

graças ao enfraquecimento ou mudanças de orientação das burocracias precedentes e pela necessidade de negociar decisões públicas com grupos econômicos ou organizações populares, caso as instituições estejam dispostas a suscitar e financiar suas demandas de pesquisa.

A consultoria é, portanto, um mercado eminentemente flutuante, suas formas são diversas e desigualmente acessíveis aos pretendentes segundo os recursos de que dispõem. Suas evoluções têm, em todos os casos, implicações mais amplas sobre a orientação das produções científicas.

Por muito tempo acreditamos que o destino natural do *expert* seria se tornar um administrador. A partir da segunda metade do século XIX, a burocratização das funções administrativas se desenvolve na maior parte dos países com a criação de uma função pública, o recrutamento por concurso, o desenvolvimento de institutos de formação ou mesmo a profissionalização política. A burocratização anuncia o triunfo da administração científica onde as competências substituem os privilégios de nascimento ou os favores clientelistas.

Desde então, as ciências da cidade são candidatas naturais a administrar e encontrarão como aliados naturais os políticos cujo interesse político é preconizar uma política despolitizada.

A expansão das tecnocracias é particularmente rápida nos períodos em que a ideologia do desenvolvimento planificado fornece ao poder político um vocabulário suscetível de cimentar a unidade nacional: a guerra de 1914-18 na Europa, o New-Deal, o Estado Novo, o Welfare State, o partido trabalhista britânico, o estado "gaulista" francês, os Estados Unidos de Kennedy e Johnson. Nestes períodos, não somente os *experts* são mobilizados pelo Estado para o essencial, mas também povoam a própria administração. As ciências urbanas conhecem, então, um rápido desenvolvimento. Tornam-se ciências do Estado.

O pesquisador de campo é uma figura distinta das precedentes. Sua competência consiste em reunir e formalizar os conhecimentos sobre grupos sociais cujas possibilidades de expressão, no interior do sistema institucional, são fracas e que, por alguma razão, constituem "problema" para as autoridades. Ele é pago para observar os que se escondem, para fazer falar aqueles que se calam.

O pesquisador pretende por vezes ser somente o eco fiel da realidade, dela fornecer uma interpretação especificamente científica. Mas, como regra geral, ele é conduzido a abraçar em larga medida o que considera como "causa do povo" e a se fazer porta-voz de seus sofrimentos, de suas necessidades e de suas aspirações.

Sob este ponto de vista, o itinerário dos profissionais do trabalho social que inventam a "pesquisa social" é característico. Desde o início do século, eles se distanciam das perspectivas repressivas da "caridade organizada" de onde são originários, para viver o cotidiano dos bairros populares das grandes cidades. Destas experiências e de seus métodos nasce a sociologia urbana, aquela dos discípulos de Booth na London School of Economics, dos sociólogos de Chicago a partir dos anos 1910, dos católicos sociais franceses de père Lebreton a Chombard de Lauwe, nos anos 1940. É também a trajetória de um Oscar Lewis ou de um Richard Hoggart, fundadores da antropologia urbana nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha e inventores da "cultura da pobreza".

Como não fazer paralelo com o itinerário dos estudantes e educadores progressistas dos anos 1960 que vão ao povo oferecer as armas da sociologia crítica? Receberão eles, em troca, uma nova legitimação social muito necessária a uma disciplina cuja institucionalização continua frágil e que, além do mais, recruta cada vez mais fora das elites sociais tradicionais?

As relações do pesquisador com o poder político compreendem uma forma particular de ambigüidade. Ao contrário da pretensão normativa dos primeiros urbanistas, ele se pretende o intérprete das efetivas necessidades sentidas pelo povo e ignoradas pelos que detêm, tecnocratas e políticos. Sua mensagem é, portanto, geralmente crítica, ao mesmo tempo em que visa ser ouvido pelo poder. Porque ele dá forma ao social que o político ignora e que inquieta o administrador, o pesquisador de campo ou o antropólogo urbano é o informante privilegiado do tecnocrata. Enquanto ele demanda cada vez mais democracia, é como substituto cômodo à democracia representativa que o solicitam.

Estas diferentes estratégias de legitimação encontram-se hoje em perigo. Creio que se isto acontece é porque o projeto científico e prático que constitui o seu fundamento é cada vez mais contestado. Para demonstrá-lo, é

preciso que eu retorne, brevemente, ao que as ciências urbana e regional podem propor à sociedade.

Em primeiro lugar, a ciência assume um objeto que somente ela tem condições de ver ou de fazer existir, um objeto que escapa aos outros atores sociais. Ela descobre o que está invisível: o fato social segundo Durkheim, a essência, como dizia Marx, a lei, a estrutura. Mesmo as posições epistemológicas, as mais empíricas, implicam nesta crença: o privilégio do observador sobre o observado consiste na transferência de saberes de lugares onde estão dispersos e confusos, para outros onde estão concentrados e sistematizados. O clero teve sempre acesso a mistérios cuja contemplação foi proibida aos leigos.

Logo, a ciência está em condições de enunciar uma racionalidade superior, global, que exprime os verdadeiros interesses do corpo social e pela qual pode-se mensurar a validade das representações, dos objetivos e das práticas do comum dos mortais. No nosso campo, esta posição geral tem pelo menos três pontos principais de aplicação.

É em nome desta racionalidade superior que são descritas e criticadas as modalidades concretas do desenvolvimento urbano e regional. A recorrência ao tema da "desordem" no discurso da ciência urbana é gritante. Esta ciência é "crítica" e os conservadores parais são sempre os progressistas para outros. Se, por diversas razões, o modelo de racionalidade que fundamenta esta crítica perde sua clareza ou sua credibilidade, um período de "crise de saberes" se anuncia.

É em nome deste modelo que serão também avaliadas as políticas, os políticos, e o político mesmo. Com efeito, a ciência urbana contém os princípios de um governo racional das cidades, raramente adotado pelas autoridades. Com maior ou menor virulência, os cientistas questionarão portanto, às vezes, a cegueira do príncipe, a irracionalidade das instituições representativas ou ainda a natureza de classe do Estado.

Estas críticas são geralmente toleradas ou até mesmo levadas a sério pelas autoridades. De fato, mesmo se as recomendações dos especialistas são por vezes contraditórias e não pesam muito na prática, o mundo político de nosso século XX fez sempre apelo à ciência para justificar suas decisões. É talvez a principal vitória obtida pelos intelectuais, talvez seja também uma das fronteiras mais

sólidas que delimitam o espaço no qual pode se dar a democracia.

As ciências da cidade apóiam-se, assim, sobre uma relação privilegiada e ambígua com a política. É com o Estado que elas dialogam, às vezes visando seu cume e a implantação de uma administração racional, outras vezes passando pela base e esperando de uma participação popular esclarecida a transformação do próprio Estado. Se, por diversas razões, este diálogo com a política é interrompido, mais uma vez uma "crise de saberes" é provável.

Enfim, é segundo o critério da racionalidade que são avaliadas as práticas da população. A ciência urbana é educadora do povo. Os primeiros urbanistas observam sem prazer, mas sem surpresa, que os hábitos populares se contrapõem em geral aos objetivos de melhoria que eles fixaram e esperam da transformação do espaço construído que ela modifique em profundidade os modos de vida. Mudar a cidade para mudar o povo.

Existem progressistas que recusam esta perspectiva paternalista ou autoritária e procuram no seio do povo os germes de uma racionalidade superior. Eles buscam, portanto, sujeitos sociais que serão os agentes desta racionalidade: por exemplo "as verdadeiras classes trabalhadoras" dos reformadores ingleses do início do século, "a classe trabalhadora" dos socialistas e "os novos movimentos sociais" ou as minorias oprimidas. Estas diversas operações teóricas e práticas têm por propriedade comum o fato de estabelecer mais ou menos explicitamente uma triagem entre o bom e o menos bom para o povo, ao designar o alvo de uma cooperação possível entre os partidários da ciência e os portadores da mudança social. Para ser acreditada, a ciência urbana deve provar sua capacidade de constituir o povo seja em objeto de reforma, seja em sujeito da história e, freqüentemente, os dois ao mesmo tempo.

Ora, acontece que o povo lhes escapa. Assim hoje na Europa ocidental, as explosões sociais se produzem justamente nos espaços urbanos nascidos de um projeto reformador: os bairros de habitação popular. Em outros lugares, principalmente na América do Norte e do Sul, malogram as esperanças nos movimentos sociais urbanos. Constatase sua integração ao cotidiano da vida municipal, seu controle pela criminalidade organizada,

sua deriva política populista ou simplesmente o retorno das famílias a estratégias individualizadas.

Face a estas diversas circunstâncias, e existem certamente muitas outras, os saberes consuetudinários pela ciência urbana perdem muito da sua legitimidade social.

Conclusão

É hora de concluir e deixar espaço para as discussões. Procurei examinar, me apoiando na evocação de um longo período histórico - do qual somos o produto -, as condições de legitimidade social dos especialistas da cidade e do território. Desde o nascimento destas disciplinas, intelectuais e experts, administradores e pesquisadores organizaram seus discursos em torno de um projeto de progresso dirigido direta ou indiretamente ao político. A serenidade dos produtores de saber dependeu assim essencialmente de suas relações com o poder.

São justamente estas relações que estão hoje abaladas. Certamente, elas o estão porque as políticas mudaram, mas principalmente porque os próprios termos de sua legitimação são ditados por um outro discurso, por uma outra racionalidade: aquela do mercado, ou melhor do lucro. As ciências da racionalização urbana e das finalidades sociais são radicalmente colocadas em questão pelas ciências da celebração do mercado e da "revolução liberal".

Os especialistas de umas e de outras não são do mesmo mundo. Nosso saber está, aberta ou secretamente, a serviço do Estado, o deles está, sem complexos, a serviço da empresa. Quaisquer que sejam nossas inclinações políticas, nossas definições disciplinares ou nossas preferências teóricas, temos talvez algo em comum: os adversários.

A "crise" de saberes sobre a cidade e o território resulta do fato de que a evidência reformadora construída durante quase um século está profundamente abalada, ou mesmo que esta pertence agora ao passado. A perda de legitimidade social resultante se transforma logo em desencanto científico. E não atribuímos nossos problemas à "crise das ideologias". Existe, de fato, uma ideologia que continua prevalecendo. Este dado me parece importante para elaborar hoje nossas escolhas de pesquisa e nossas estratégias profissionais.

Gostaria de terminar esta comunicação com um dilema formulado há trinta e cinco anos por Claude Lévi-Strauss nos *Tristes Trópicos*:

"Se (o etnógrafo) pretende contribuir para a melhoria de seu regime social ele deve condenar, sempre onde existirem, as condições análogas àquelas que ele combate, sob pena de perder sua objetividade e sua imparcialidade. Por outro lado, o distanciamento que lhe impõem o escrúpulo moral e o rigor científico o impedem de criticar sua própria sociedade, dado que ele não quer julgar nenhuma para poder conhecer todas. Atuando em sua própria sociedade, priva-se de compreender o restante, mas ao querer tudo compreender, renuncia a nada mudar."¹²

Vou modificar ligeiramente esta última frase para fazê-la servir aos meus propósitos: "Atuando em nossa própria sociedade, somos condenados a não compreender o que é necessário, mas ao querer tudo compreender, inclusive a forma pela qual compreendemos, renunciamos a qualquer tipo de mudança". Nossa postura científica se apóia sobre um fundamento eminentemente histórico e contingente: a crença em um progresso possível graças à mobilização dos saberes pelos detentores do poder - nas profissões, no Estado, nos movimentos populares ou, às vezes, nos três ao mesmo tempo.

Como o etnólogo deve se distanciar de sua própria sociedade, precisamos, eu creio, reconhecer o arbitrário cultural que fundamenta nossos saberes. Isto nos leva a renunciar a uma dupla ilusão, a de uma ciência livre de amarras e a de uma política científica.

Mas existe, talvez, uma diferença entre uma ilusão e uma crença. A pesquisa das ordens escondidas é meu ofício e não tenho outro. A crença de que isto pode servir a um progresso é de minha etnia e é a herança que me deixaram meus ancestrais. Alguns me dizem que está acabado, estes são meus adversários. Creio também que são a grande maioria. O progresso e seus saberes são ilusórios, que se resta a crença. Eu o sei bem, mas mesmo assim, eu prossigo.

Christian Topolov é sociólogo, pesquisador do Centre de Sociologie Urbaine (CSU) - CNRS - Paris.

Notas

1. No original, *savantes*. N. T.
2. Committee of the Regional Plan of New York and its Environs, Regional Survey of New York and its Environs, *New York: regional plan of New York and its environs*, v. 1, 1929, p. 31:

(...) *The assignment of the land to the various uses seems to the superficial observer to have been made by the Mad Hatter at Alice's tea party. Some of the poorest people live in conveniently located slums on high-priced land... A stone's throw from the stock exchange the air is filled with the aroma of roasting coffee; a few hundred feet from Times Square with the stench of slaughter-houses... Such a situation outrages one's sense of order. Everything seems misplaced. One yearns to rearrange the hodge-podge and to put things where they belong.*

3. Patrick Geddes, "Civics: as concrete and applied Sociology. Part II", in *Sociological Papers*, vol 2, 1906, p. 95:
- (...) *even to recognise, much less treat, the abnormal, we must know something of the normal course of evolution.*
4. Manuel Castells, *La question urbaine*, Paris, François Maspéro, 1972, p. 440.
5. Léon Jaussely, "Avertissement", in Raymond Unwin, *L'étude pratique des plans de ville*, Paris: Librairie Centrale des Beaux Arts, 1922, p. III.
6. Committee of the Regional Plan of New York, Regional Survey, v. 1, p 18:

(...) *the area of New York and its environs may be likened to the floor space of a factory. Regional planning designates the best use of this floor space - the proper adjustment of areas to uses.*

7. Jacob Riis, citado por Albion F. Bacon, *What bad housing means to the community*, Department of Social and Public Service, Social Service Bulletin n° 13. Boston: American Utilitarian Association, 1910, p. 12:
- You can't let people live like pigs and expect them to make good citizens.*
8. Jack London, 1903, *The people of the Abyss*, New York, Macmillan. Charles Booth, *Labour and life of the people of London*, London, vol. 1, 1989, pp. 94-105.
9. Henry Sellier, "Les aspects nouveaux du problème de l'habitation dans les agglomérations urbaines", *La vie urbaine*, n° 15, avril 1923, p. 86.
10. Ele observa, a respeito da vila de Cradock, Virgínia: "it does represent the type of organized community which can be established, in contrast with the indefinite extension of the typical suburb" (Arthur C. Comey, Max S. Wehrly, "Planned Communities", in *National Resources Committee, Urbanism Committee, Supplementary Report*, vol. 2, Urban Planning and Land Policies, Washington, D. C., 1939, p. 61).
11. No original, *enqueteur de terrain*. N. T.
12. Claude Lévi-Strauss, *Tristes trópicos*, Paris, Plon, 1955, réédition 10-18, 1962, p. 346-347.

As maquinarias inglesas do conforto*

Françoís Beguin

Tradução: Jorge Hajime Oseki

Revisão: Suzana Pasternak

As grandes pesquisas de 1840-1850

Entre 1840 e 1845, duas grandes pesquisas foram efetuadas na Inglaterra pela administração pública sobre o que chamariamos hoje o habitat.¹ Denominação sem dúvida mal escolhida já que o interesse dessas pesquisas é justamente mostrar como o habitat se constitui, administrativa e tecnicamente, como um novo domínio de intervenção política. É, portanto, somente a *posteriori* que podemos encontrar nessas pesquisas os primeiros desenvolvimentos de uma política do habitat e isto porque as questões que foram abordadas e o tratamento que lhes foi imposto caracterizam bem o que hoje, para nós, englobaria uma política do habitat.

Bem decepcionantes para quem procurava grandes visões arquitetônicas da habitação, estas pesquisas referem-se mais à doença e à delinqüência, à água, ao ar, à luz e aos esgotos, às formas físicas através das quais os fluidos e as práticas poderão ser canalizados e regulados; mas também o que custa tratá-los, assisti-los ou reprimi-los e o que custaria reduzir estas despesas agindo sobre a série de componentes físicos que constituem o ambiente do pobre.

Nada de grandes programas arquitetônicos portanto - nesta época o habitat interessava pouco aos arquitetos -, mas uma gigantesca empreitada² que visava a reduzir o ambiente a dados técnicos cuja incidência sobre o comportamento e a doença fosse estabelecida estatisticamente, calculada em seus efeitos e comparada sempre a este outro modo de funcionamento do ambiente possibilitado pelos mais recentes progressos tecnológicos e pela redi-

tribuição dos poderes no seio do empreendimento³ urbano.

De fato, se a arquitetura aparece como um componente importante destes programas de higiene e de salubridade, esta sempre é reduzida às aptidões físicas das formas utilizadas na habitação e dos efeitos produzidos por estas formas sobre os fluidos ou sobre um modo de distribuição de pessoas e serviços. Efeitos cuja particularidade é serem eles próprios subordinados a outros órgãos de maquinaria urbana: os esgotos, o aparelho de distribuição de água e estarem assim intimamente ligados às características ambientais do objeto arquitetônico. Entre estes aparelhos e estes espaços, uma continuidade foi estabelecida, o que faz com que o habitat seja alguma coisa bem diferente da construção de habitações e bem próximo de uma série de normas técnicas que definem as condições gerais de habitabilidade. Não procuramos portanto nestas pesquisas um grande discurso sobre a espacialidade, tentemos antes ver como nelas novos saberes, novos aparelhos e novos atores definem um novo regime para o ambiente do pobre a partir dos componentes mais materiais deste ambiente. Não vamos nos decepcionar se não encontrarmos uma grande visão da cidade ou da casa e se, ao invés, pudermos ver como categorias médicas, econômicas e aritméticas reduzem a cidade e a casa a dados puramente técnicos, a números.

O preço do desconforto

A montante destas investigações, uma multidão de pesquisas pontuais realizadas a partir do

* Este artigo (publicado na revista *Recherches* n° 29, dez 1977, dedicada ao tema "O fôlego dos subúrbios - cidade, habitat e saúde no século XIX", textos reunidos por Lion Murard e Patrick Zylberman) é uma nova versão reduzida da contribuição de F. Beguin a um estudo realizado, graças ao concurso do Comitê pela Pesquisa e o Desenvolvimento em Arquitetura (DGRST-CORDA), entre setembro de 1975 e maio de 1977, por J. M. Alliaume, B. Barret-Kriegel, F. Beguin, D. Rancière, A. Thiglamy, sob a direção de M. Foucault, e publicado sob o título *Políticas do habitat (1800-1850)*, Corda, 1977.